

alavanca

UNIDADE NA AÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES



CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
53761
NR
11

TERRA PROMETIDA A QUEM A TRABALHA

Os latifúndios servem o Povo? Toda a gente sabe que não. E, portanto, não servem o País. Não servem a democracia. Não servem os trabalhadores. Na nova ordem que reina em Portugal, já podemos dizer claramente: a terra tem uma função social, a terra é de todos os portugueses, porque todos eles devem beneficiar do que ela produz. E preciso que produza. No Alentejo, outrora conhecido como o «celeiro de Portugal», há milhares de operários agrícolas sem trabalho. Há milhares de pessoas sem pão. Há muitas vítimas da exploração desenfreada que o fascismo de todos os tempos permitiu, protector que sempre foi dos latifundiários, os monopolistas da terra. Há sabotadores da democracia, há gente interessada em que a revolução portuguesa morra de fome.

Ninguém melhor do que os trabalhadores sabe disso. Ninguém está mais atento do que eles a semelhantes manobras. No distrito de Beja, os operários agrícolas decidiram, unidos, organizados e fortes dizer não à sabotagem. Dizer não ao desemprego. Dizer não à fome. Como muitos milhares de outros trabalhadores, eles tomaram nos ombros a tarefa imensa de salvar a economia portuguesa. Sozinhos, mas optimistas. É preciso que o poder político responda à chamada. Que legisle de maneira a incentivar a sua vontade, o seu enorme espírito criador, a sua força revolucionária. Eles adiantam-se, vanguarda que são, às próprias leis. Põem acima de tudo o interesse do povo português. O seu direito ao trabalho, o seu direito inalienável à terra que lhes pertence, porque é a sua vida.

**OPERÁRIOS
AGRÍCOLAS
DE BEJA
DIZEM NÃO
AO DESEMPREGO**



A LEI SINDICAL VISTA PELO M.F.A.

Do n.º 9 do boletim 225 de Abril, órgão do M. F. A., transcrevemos, pelo seu interesse e oportunidade, de um artigo acerca da Lei Sindical:

«Nas últimas semanas os títulos dos jornais, a rádio e a TV têm dado grande relevo ao debate da Lei das Associações Sindicais, a qual foi também discutida em inúmeras assembleias de trabalhadores.

Importa pois explicar, em termos claros e resumidamente, o que é um Sindicato, quem o compõe e que objectivos visa atingir e por outro lado de que modo a referida lei cria as condições para que o exercício da acção sindical seja efectuado com a maior eficácia possível na defesa dos interesses dos trabalhadores e para o avanço do processo revolucionário em curso.

Começemos por ver o que é um Sindicato: — um sindicato é uma organização unificada de uma classe trabalhadora e tem por objectivo defender e promover os interesses dos trabalhadores dentro da sociedade de em que se integra.

Os sindicatos surgiram há mais de cem anos quando os trabalhadores (europeus) verificaram que para se oporem à exploração desenfreada e à miséria generalizada, que estavam sujeitos, só tinham um caminho, uni-se e organizar-se para lutar contra o patronato.

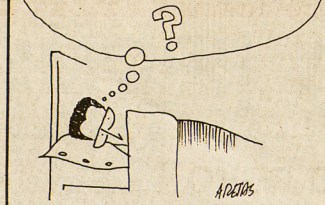
Os sindicatos são assim uma organização que visa intervir no processo de vida de classes no sentido de defender os interesses de uma classe (trabalhadora) contra os interesses de outra classe (patronato).

Mas para que um sindicato defenda efectivamente os interesses dos trabalhadores, não basta que se intitule como tal. Um sindicato para ser efectivamente representativo dos trabalhadores tem de definir como objectivos da sua acção os que melhor respondam à situação e problemas desses trabalhadores.

Portanto é indispensável o conhecimento profundo e permanente de todos os problemas (grandes e pequenos) que afectam os trabalhadores.

Tal porém, só pode ser conseguido se o sindicato for o conjunto dos trabalhadores organizados para defender os seus interesses e exprimindo

SERÁ VERDADE QUE ESTA HISTÓRIA DE CONTAR SINDICATOS É BOA PARA ADORIRECER AS PESSOAS?



em cada momento os seus anseios, a sua vontade e controlando a actividade sindical a todos os níveis.

Por outro lado convém não esquecer, que os problemas fundamentais dos trabalhadores são comuns, convém não esquecer que o patronato é poderoso e que portanto só uma luta unificada, em que todos os trabalhos de um certo sector lutam em conjunto e pelos mesmos objectivos, pode ser vitoriosa!

Para os trabalhadores a divisão e a falta de organização significam a derrota.

Para os trabalhadores liberdade sindical significa que não existem obstáculos à sua acção sindical eficaz, em todos os locais onde os problemas se põem aos trabalhadores ou onde se tomam decisões que os afectem.

«Em que medida a Lei das Associações Sindicais possibilita e facilita a eficaz defesa dos interesses dos trabalhadores através da organização sindical?»

A Lei que o Governo Provisório aprovou não se afasta da vontade livremente expressa pelos trabalhadores nas suas assembleias, o que parece já ser significativo de que serve os seus interesses, mas mesmo admitindo a hipótese de que assim não fosse analisámo-la nos seus aspectos fundamen-

tais. A Lei permite o exercício da actividade sindical no interior das empresas, possibilitando a existência de delegados sindicais, a propagação sindical e a efectivação de reuniões dentro das empresas.

Servirá isto os interesses dos trabalhadores? Ninguém contesta que assim seja. A Lei por outro lado proibe a ingerência dos patrões e do Estado na vida sindical, reconhecendo que só às assembleias sindicais compete definir os Estatutos (normas de funcionamento) e linha de acção dos sindicatos.

Servirá isto os interesses dos trabalhadores? É evidente que sim, pois só aos trabalhadores cabe pronunciar-se sobre como deve ser e actuar o seu sindicato. Bem entendido

que haverá muito quem, se o revelar abertamente, tenta por todos os meios intervir nos sindicatos, por qualquer motivo.

Verifica-se pois que com pluralismo é mais difícil que a acção de organizações sindicais corresponda à vontade de todos os trabalhadores. Com a existência de um único sindicato na actual conjuntura a acção sindical torna-se mais coerente com a vontade de todos os trabalhadores. Com a existência de um único sindicato e na actual conjuntura a acção sindical torna-se mais coerente com a vontade da maioria dos trabalhadores.

Mas, dir-se-á que num sindicato único também pode haver controlo partidário e falta de democracia. Verdade respondemos não! Porém isso que é possível quando há um único sindicato é inevitável quando há vários!

Quando há um único sindicato isso não é inevitável porque estão no mesmo sindicato todas as tendências, todas as opiniões e desde que exista uma efectiva democracia, já nenhuma tendência partidária controlará tão facilmente o sindicato.

Então o debate e as decisões serão em termos efectivamente democráticos, a linha de acção de cada trabalhador só responderá efectivamente à vontade e interesses da maioria dos trabalhadores.

Assim não há dúvida de que a unidade sindical serve os interesses dos trabalhadores.

Cabe agora a todos os trabalhadores integrarem-se nos seus sindicatos e lutarem por impor um funcionamento absolutamente democrático das suas organizações de classe. E essa liberdade e a democracia que interessa aos trabalhadores.»

ANDA E SEMPRE A UNIDADE SINDICAL

Vários sindicatos e grupos de trabalhadores continuam a emitir comunicados referentes à questão da unidade sindical, replicando às falsas acusações de que, sobrepondo-se à vontade dos trabalhadores, recorrem a toda a casta de pressões e maevoleências para fazer chegar a «brasa à sua sardinha».

«PRETENDE estes demagogos e socialistas forçar os trabalhadores a aceitarem as posições ideológicas que defendem. Pretendem aqueles senhores (doutores como vai sendo hábito) ensinar os operários a organizarem-se. Abusam da autoridade para lhes imporem abaixo-assinado e exigir a divisão dos trabalhadores... dizem o metalúrgico de Agueda, desmentindo, noutro passo o seu comunicado, afirmações do ministro sr. Magalhães Mota, o qual terá declarado que os metalúrgicos de Agueda não se pronunciaram em qualquer sessão sobre unidade sindical. Eis, textualmente a resposta: «Pois, senhor Mota, Vossa Excelência, com o devido respeito, não fala verdade, pois quanto além da sessão da unidade a que o senhor se refere (de unidade porque participaram a inter-sindical, o P. C. P., o M. D. P., o M. D. M. P.) ainda fomos em devido tempo (no tem-

po em que o senhor e o seu recém-nascido partido estiveram calados, mas os sindicatos andaram a apreciar o Projecto de Lei) uma Assembleia Geral e várias Assembleias de Delegados. E já agora pedimos que diga aos seus empregados que não telefonem mais para os sindicatos a pedir informações. Ou não sabe que os sindicatos não servem para informar os patrões?!»

Por seu lado, os trabalhadores da Algot, que há mais de duas semanas estão em luta, ocupando a fábrica dia e noite, emitiram um comunicado no qual salientam as suas acções reivindicatórias, feitas já antes do 25 de Abril, e exigem a unidade sindical na lei. Lembrem eles que num total de 1200 trabalhadores há 150 «nue se constituíram em junta» e depois dizem: «Se fosse jun-

taido o pluralismo sindical, tais traidores (algumas encarrapadas de trabalhadores de es critério e construção civil) poderiam constituir-se em sindicatos, que iriam apenas defender os interesses dos patrões.»

«No mesmo sentido se pronunciaram 280 trabalhadores das obras de ampliação da refinaria Sacor do Porto, em telegrama, no qual salientam: «vapejar de terem apoiado firmemente a unidade sindical afirmam que os interesses da maioria dos trabalhadores portugueses não podem ser defendidos através de boatos de grupos minoritários que visam dividir os trabalhadores, jogando jogos capitalistas monopolistas reaccionários.»

«Telegráfico de arauto e de firme reafirmação de posições

Continua na pág. 4

Enquanto se aguarda a aprovação do chamado Plano Económico de Emergência, que se espera venha a abrir portas que permitam a solução dos mais graves problemas económicos e sociais do povo português através da socialização claramente definida pelo Movimento das Forças Armadas, trava-se uma luta decisiva entre os trabalhadores e o capitalismo sabotador.

A classe laboriosa do País, demonstrando um sentido político invulgar, — a tal perspectiva da existência que falta a muitos pseudo-iluminados — iniciou a batalha decisiva logo a seguir ao 25 de Abril, quando as condições de luta se modificaram radicalmente. Bem podemos dizer que, a par do contributo decisivo que os trabalhadores deram às forças verdadeiramente democráticas para a conquista do poder político, que os eles, trabalhadores, ficaram na linha a enfrentar o poder económico ainda não derrubado. A luta, aqui, tem sido muito mais difícil. Porque os monopólios e latifúndios, se perderam de facto o poder político, não perderam todos os postos no aparelho de Estado. Nem perderam o controlo básico da economia portuguesa. As crises políticas sucessivas, a par da queda do primeiro Governo Provisório, são etapas dessa luta. E em todas elas os trabalhadores e as forças democráticas progressistas à frente das quais o próprio M. F. A. — saíram reforçadas.

Chegamos a um momento decisivo. A luta agrada-se, com a agudização do próprio sistema capitalista e o estertor último das sequências fascistas no sector da economia. Os dados estão lançados e não podemos parar. Nos campos, nas fábricas, nos barcos, em todas as empresas, os trabalhadores estão atentos, vigilantes, activos e senhores de uma elevada noção das responsabilidades. Eles lutam até ao fim por uma sociedade mais justa, por uma sociedade sem classes, por uma sociedade onde toda a gente viva congnadamente do seu trabalho. E não da exploração. Lutam convictamente, e só eles, pela recuperação e independência nacional. A poderem organizar a unidade sindical unitária que se está constituindo outra coisa não significa. Por isso as forças resistentes que lhe foram e são opostas. Por isso o pavor que se apodera dos privilegiados.

Cabe ao poder político dar uma resposta clara e eficaz a esta enorme força construtiva. O plano económico é uma etapa, que os trabalhadores portugueses esperam ultrapassar no sentido positivo. Para o fronto. Com o Movimento das Forças Armadas e com as forças verdadeiramente progressistas, voltamos a responder: estamos prontos, preparados e conscientes.

M. F. A. OS "C

A Recolha de peltes O grande respectivo Pedro Lourenço de uma sa... mento pro... sidos do M... cação Soc... ve lugar nu... ainda cor... capitão S... meio tem... e do mar... M.F.A., e... Pereira pr... cional.

O tene... ro usou c... breve an... mentos, d... até ao m... brando as... de aniqui... nomeada... general SP... Palma Car... boro. Salie... que tod... ultrapass... Povo-M.F.A... Costa P... seguido, a... de sindic... aqui, os tr... de qual emp... por dez s... unidade... cessidade... dessa mes... filiado. N...

abanca

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME

PROFISSÃO

MORADA

LOCAL DE COBRANÇA

MODALIDADE 1 ANO/6 MESES (a)

(a) — riscar o que não interessa

bai- nos ralis- a plu- cidal e to- um a tra- a mais e dica- a mais e a di- indi- naver e pon- e é ú- nico indo

ca- que to- a lista ade, parti- deci- va de to- m a má- a a que- os ob- nos por ba- das e. ma- ba- cal, car- es- pidi- tes- pro- res refe- ale- m: fir- cal da por- ga- gru- am fa- no- de

4



M.F.A.: DEFENDER OS INTERESSES DO POVO "COM OU SEM CRAVOS"

A Reacção não é só provocada pelos pides e legistios. O grande capital também é reacção... afirmou o tenente Pedro Loure, do M.F.A., durante uma sessão de esclarecimento promovida pela comissão pro-sindicato dos trabalhadores do Ministério da Comunicação Social. A sessão, que teve lugar no Palácio Foz, contou ainda com a colaboração do capitão Santos Silva, do primeiro tenente Paiva Andrade e do marinheiro Bruno, pelo M.F.A., e de Américo de Costa Pereira pela Intersindical Nacional.

O tenente Loure, que primeiro usou da palavra, fez uma breve análise dos acontecimentos, desde o 25 de Abril até ao momento actual, lembrando as diversas tentativas de saniquilamento do M.F.A., nomeadamente, por parte do general Spindola, o «incidente» Palma Carlos e o 28 de Setembro. Salientou, por outro lado, que todas estas crises foram ultrapassadas graças a umão Povo-M.F.A.

Costa Pereira abordou, em seguida, a questão da unidade sindical salientando: Até aqui, os trabalhadores de uma dada empresa eram divididos por dez sindicatos ou mais. A unidade resulta, pois, da necessidade dos trabalhadores dessa mesma empresa estarem filiados, todos, no mesmo sindicato. Numa fábrica, por

exemplo desde o motorista, passando pelo empregado de escritório até ao operário, todos pertenciam ao sindicato de respectivo ramo da indústria.

Quanto à existência de uma Central única de trabalhadores, adiantou: Em França, após a Segunda Grande Guerra, havia, apenas, uma Central de trabalhadores. Entretanto, com o fim de dividir e travar a luta dos trabalhadores, forças políticas e económicas introduziram-se e surgiram outras centrais. Devemos estar atentos, pois certas forças políticas, como estão a perder o combóio mostram, a sua face, a sua face de classe.

Entretanto, chegou a vez do capitão Santos Silva explicar as razões que levaram o M.F.A. a concordar com a consagração da unidade na lei: Entendemos que, neste momento, a unidade na lei serve os reais interesses dos trabalhadores portugueses. Isto, independentemente de alguns Partidos entenderem o mesmo: é que, por vezes, diz-se que as Forças Armadas estão enfadadas ao P.C.P. Claro, trata-se de agitar o papão «comunismo» tal como se fazia no tempo do fascismo. Conviém que fique claro: a unidade não é uma oferta do M.F.A. ou do P.C.P. Trata-se, sobretudo, de uma conquista dos trabalhadores. O dinamizador do proces-

so revolucionário por nós desenhado é o Povo. O nosso papel é servir o povo português e defender os seus interesses, com cravos ou, se necessário, sem cravo. O capitão Santos Silva lembrou ainda que existem certas forças políticas mais interessadas em levantar problemas do que defenderem as classes trabalhadoras.

Já durante o período de esclarecimento, em que a assistência pôs algumas questões aos membros da mesa, o marinheiro Bruno referiu-se, igualmente ao papel do M.F.A. a dinamização política das populações não compete só ao M.F.A. ou M.F.A., é a vanguarda revolucionária das Forças Armadas, mas não é a vanguarda da classe operária. O M.F.A. zela pela realização e concretização dos interesses populares. A unidade Povo-M.F.A. deverá ser a vanguarda da revolução.

Por outro lado foi posto em causa o apatridismo da Intersindical, ao que Costa Pereira esclareceu: Os interesses dos trabalhadores são independentes dos interesses partidários, do Governo e do patronato. De resto na Intersindical existem trabalhadores filiados no M.E.S. no P.C.P. ou P.S.P., por exemplo. Mas a luta dos trabalhadores contra o capitalismo, repetido, deve ser independente de interesses partidários.

NO MUNDO

REFORMA AGRÁRIA NA R.D.A. 2

Por Blasco H. Fernandes

COMO se viu anteriormente, o período de 1945-1952 correspondeu à efectiva criação de um elevado número de explorações camponesas, mais equilibradas e democraticamente ajustadas às aspirações dos trabalhadores do campo, visto que essa via se enquadrava no condicionalismo socioeconómico e político das próprias exigências do sector agrícola da República Democrática Alemã, na fase histórica que esta estava atravessando. Asssegurar a produção, por um lado, e democratizar o campo, por outro, constituíram os dois objectivos fundamentais para a sua agricultura. Toda- via, terminada essa etapa, ou seja, por volta de 1952, verificou-se que a estrutura do sector, embora tivesse proporcionado um franco progresso e dado uma resposta positiva ao que a par- tidiz se exigia, já não condizia com as novas necessidades do desenvolvimento económico geral. Efectivamente, as pequenas explorações agrícolas, resultantes da Reforma Agrária, ainda que pudessem recorrer às Estações de Empréstimo Máquinas, a que nos referimos no artigo anterior, não ofereciam condições para a utilização de técnicas modernas e de inovações científicas de uma maneira rentável. A economia global passou a reclamar a for- tuito, que pudéssemos recorrer a grandes explorações agrícolas colectivas que, através do estabeleci- mento de relações de produção mais avançadas, permitissem um pleno desenvolvimento das forças produtivas na agricultura da República Democrática Alemã. As explorações familiares tinham já esgotado a sua contribuição ao progresso da agricultura e da economia em geral. Na es-

trutura económica global da República Democrática Alemã elas estavam já ultrapassadas, tinham cumprido o papel que lhes coube no processo histórico do país. A sua substituição por formas superiores de organização constituía, assim, a nova necessidade histórica.

Deste modo, no ano de 1952 iniciou-se a via da socialização da agricultura pela criação progressiva de grandes explorações cooperativas. Esta socialização foi voluntariamente aceite pelos beneficiários da Reforma Agrária que reconheceram a necessidade económica de se agruparem, formando as referidas cooperativas.

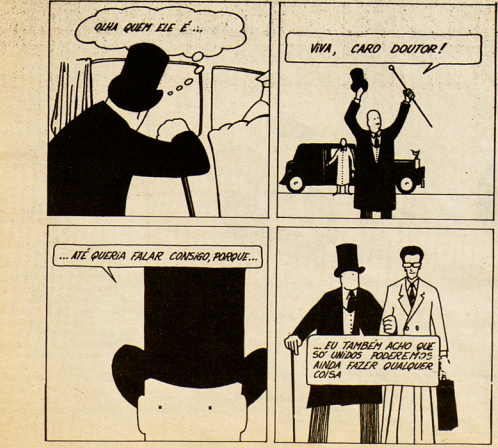
O movimento de socialização inspirou-se nos seguintes princípios fundamentais: 1) adesão voluntária dos camponeses às cooperativas que se iam criando; 2) papel dirigente da classe operária no movimento cooperativo; 3) evolução cultural no campo através de uma intensa formação cooperativa e ideológica; e 4) passagem progressiva de formas inferiores para formas superiores de explorações cooperativas, de acordo com a própria mentalidade e capacidade de adesão das massas camponesas.

Com base naqueles princípios, adoptaram-se três tipos de cooperativas. Nas de tipo I, os camponeses punham em comum as terras aráveis, mas conservavam como propriedade privada todo o gado e as pastagens; as máquinas e o equipamento agrícola mantinham-se nas explorações individuais, isto é, mantinham-se como propriedade privada dos aderentes a este tipo de cooperativo, podendo, no entanto, ser utilizados mediante pagamento de uma renda, por parte da

cooperativa. Nas de tipo II, o carácter colectivo era idêntico ao anterior em relação às culturas e aos animais mortos, mas o gado vivo continuava a ser propriedade individual. Todo o equipamento para a maquinaria agrícola era propriedade do aderente não necessariamente e que se reconhecesse a importância para a cooperativa podiam ser comprados por esta, de acordo com determinadas modalidades de pagamento previamente concertadas. Nas cooperativas de tipo III todos os activizados: os tractores, as máquinas e o restante equipamento, as construções não utilizadas individualmente, o gado quer de tracção quer de produção, com excepção de alguns animais considerados individuais (uma vaca, dois porcos e animais de capoeira).

O ritmo de socialização da agricultura da República Democrática Alemã acentuou-se principalmente a partir de 1959. Até esta data, o sector privado detinha uma parte importante das actividades económicas. Em 1950, por exemplo, antes do início da socialização planificada da agricultura, a área cultivada colectivamente tinha pouco significado prático. No ano de 1965, cerca de 27 por cento da superfície agrícola útil encontrava-se em explorações colectivas e em 1959 deu-se um salto significativo, atingindo a área colectivizada aproximadamente 50 por cento da superfície agrícola útil. Presentemente, a área cultivada por explorações colectivas abrange perto de 94 por cento da superfície agrícola útil, sendo aproximadamente 87 por cento por cooperativas de produção e aproximadamente 7 por cento por empresas do Estado.

Nos três tipos de cooperativas indicados anteriormente todos os membros tinham e têm, os mesmos direitos e deveres. O órgão supremo é a assembleia geral que decide democraticamente sobre todos os problemas importantes das cooperativas. Cabe igualmente à assembleia geral a eleição de uma comissão encarregada de supervisionar a gestão da cooperativa, assim como o cumprimento das disposições legais, dos estatutos, do regulamento interno, e de outros acordos adoptados pela própria assembleia geral das cooperativas.



ERRAS ALHEIOS LÇÕES PARA NÓS

Em 1872, depois de grandes lutas, os sindicatos são autorizados no Canadá, embora durante todo o século tenham sido total ou parcialmente controlados pela Igreja.

Em 1929 o Partido Comunista organiza a Workers Unity League, e a crise dos anos 30 gera o anticomunismo, antídoto tão natural e tão mais feroz, quanto maiores são as dificuldades do capitalismo. O Governo e as comunidades católicas, como forma de pressão, se negociam com os patrões que se comprometem a dar trabalho unicamente aos sindicalizados na C.T.C.C. (Confédération des Travailleurs Catholiques du Canada). Não obstante, o sindicato C.C.L., mais combativo e cujas direções são frequentemente comunistas, reforça as suas posições.

Segue-se a guerra fria com todos os atentados, toda a espécie de agressões aos verdadeiros sindicatos, os mais representativos da classe operária. Osovernos reaccionários tentam e acabam por conseguir por vários meios, fazer aprovar leis estipulando que todos os sindicatos que tendo tido representantes comunistas ou marxistas, ou que cooperassem com tais indivíduos, deixariam de ser representativos. Estas leis mantiveram-se até princípios de 1960.

Em 1956 é formada a Fédération des Travailleurs du Québec (F.T.Q.), em 1959 a C.T.C.C. torna-se a Confédération des Syndicats Nationaux (C.S.N.). Juntamente com a Corporation des Enseignants du Québec (C.E.Q.), são as três grandes confederações canadenses nesta região.

Esther Trépanier, termina deste modo, e a este respeito, um magnífico artigo no «Le Monde Diplomatique»: «Enfim as divisões intersindicais e o funcionamento burocrático das centrais, continuam a travar uma real politização dos sindicatos».

OPRESSÃO E CHLANTALISM PLURALISMO SINISCAL NO QUEBEQUE

Há cerca de seis meses as obras de um grande empreendimento hidroeléctrico foram devastadas pelos próprios delegados sindicais, avaliando-se os prejuízos em cerca de 35 milhões de dólares.

Este terrorismo sindical vem crescendo há já alguns anos, sobretudo na construção civil. Aberto um inquérito, mergulha-se num sistema elaborado, ligado ao mundo do crime, ao banditismo, alimentado pelos próprios construtores e protegido pelo Governo liberal.

A comissão encarregada do inquérito, apoia-se nos jornais e nas reacções populares, única forma de levar até ao fim o seu trabalho que sofre a pressão de todas as forças reaccionárias, e em que o próprio Governo não está de forma alguma interessado.

Esta acção contra a hidro-

eléctrica, não é mais do que o desfecho de um pequeno entendimento, entre a maioria que controla o sindicato F.T.Q.

— Construção, e o patronato que a alimenta; uma tentativa de saltar os gangsters-sindicais a posições mais elevadas.

A engrenagem que a Comissão Cliche (nome do juiz encarregado do inquérito), descobriu é muito vasta, com grandes ramificações e verdadeiramente diabólicas.

O principal órgão de controlo, reside na colocação de trabalhadores, que são no mesmo tempo homens-de-mão, em locais-chave das obras em que se pretendem implantar construtores, delegados sindicais, na sua maior parte indivíduos de passado duvidoso e com cadastro — para impedir o patrão de empregar os filiados noutros sindicatos ou forçar todos os outros a aderir à F.T.C. Impor aos trabalhadores ritmos lentos de produção para extorquir aos patrões concessões legais e some importantes em dinheiro, sabotar todo o equipamento dos patrões

recalcitrantes e agredir os operários rebeldes; falsificar as assembleias sindicais, participar em expedientes punitivos a obras onde seja necessário manter «a ordem».

Estes comandos possuem armas ofensivas que vão do cacetete às armas de fogo.

Tudo isto não seria possível, tal como descreve Gisele Tremblay, no belíssimo artigo «Le gâstérisme dans la représentation ouvrière» também no «Le Monde Diplomatique», «sem complicitade política».

A guarda pessoal do ministro do Trabalho durante as eleições, era constituída por homens da F.T.Q., daí ficarem sem resposta todas as queixas dirigidas até hoje aos ministros do Trabalho e da Justiça.

Logo que se pretende solucionar os múltiplos problemas que surgem neste ditto pluralismo sindical, através da unidade, única forma para a total defesa da classe trabalhadora, logo que algum accorde queixas antigas e surge a guerra.

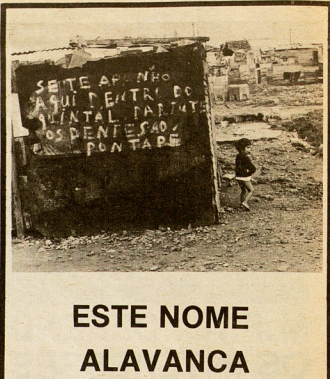
Assim, é mesmo que o saneamento se faz a nível nacional, haverá um enfraquecimento deste, visto que 60 por cento dos trabalhadores não são sindicalizados, e enojados com estas manobras, reforçaram ainda mais a sua aversão pelas lutas operárias, pelos organismos que devem defender os trabalhadores.

Mesmo que o inquérito leve a um verdadeiro saneamento, a classe operária sairá vencida em proveito de um «fortalecimento» das posições do patronato e do Estado-patrão.

Neste liberalismo sindical, tão cantado por alguns, os operários da construção no Quebeque formam um sindicato clandestino, o *Travailleurs Libres de la Construction* que embora de raízes progressistas, será mais um sindicato.

«Trabalhadores livres» de rastros, como em qualquer país desta lei. Nos a conhecer para os trabalhadores portugueses os amantes do pluralismo.

CID SIMÕES



ESTE NOME ALAVANCA

PORQUE se chama «ALAVANCA» o nosso jornal?

... É natural que o leitor já tenha posto a si próprio esta pergunta.

Estas duas respostas possíveis:

Uma, digamos, prática. Outra, digamos, literária.

A explicação prática é a que vem em qualquer dicionário. Assim, ALAVANCA (do Latim *avancari*) é a barra inflexível fixa num ponto da sua extensão que se chama ponto de apoio e destinada a mover ou levantar pesos, (fig.), apoio; esteto; meio de accção.

A explicação literária encontra-se, por exemplo, a páginas 30 do belo livro «Razões da Nossa Força» que Helena Neves escreveu e Alfredo Cunha ilustrou com sugestivas fotografias.

Atente-se:

«O operário empobrece à medida que produz riqueza.»

Nosso pai, nossa mãe, nossos avós experientaram toda a vida a ferocidade desta lei. Nos a conhecer na precocidade de nossa infância roubada.

Mas onde está escrita a imutabilidade das coisas? Onde está escrito que nossas mãos não de ser espongias de outros homens uníssono, todas as nossas mãos, companheiros?

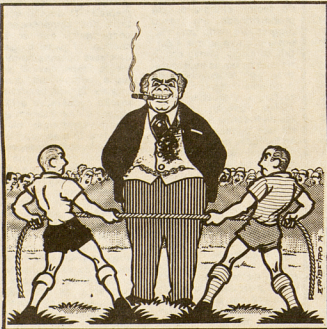
Não ouvirmos os ecos da queda da história (não era fábula) que, nos passou-se com homens presentes no tempo presente.

Não ouvirmos contar que das linhas locas, violentas de uma ideia germinada, homens fabricam «alavancas»?

Não sabem que os ventres esmagados das mulheres dos oprimidos dão a luz passáros que, erguidos em voo, se tornam flechas?

Não ouvirmos dizer das crianças que saltam pagamentos de alerta? Cataram-na a vitória daqueles que, transformando a ideia em força prática, mudam a face da terra?

Olah, companheiros, que da força de nossa exploração nos vem material de nossa «alavancas», de nossa flecha. E como não acertarmos o alvo se engano não temvamos, que senhores bem nos ensinaram quem é o nosso inimigo?



ALAVANCA SEM PRINCIPALIDADE

Continuação da pág. 2

já anteriormente assumidas é também o dos delegados sindicais de Metalúrgicos, presentes em reunião extraordinária no respectivo sindicato do Porto.

DOS BOATOS E DE OUTRAS COISAS MAIS

«Aqueles que de algum modo acompanharam a manifestação ouviram os trabalhadores gritar bem alto para que a ninguém restassem dúvidas: vamos de vontade, ninguém nos pagou» — diz o Sindicato dos Ferrovitários num comunicado, onde combate a campanha de boatos reaccionários, segundo os quais os participantes na grandiosa manifestação do dia 14 foram pagos para vir à Lisboa.

O mesmo ponto é focado por um extenso comunicado da União dos Sindicatos do Porto, onde, sob a epígrafe «Do transporte pago ao número de manifestantes ou das adalbranças sobre o que é a unidade, e a independência de opiniões entre o C.D.S., P.P.M., P.S.D.J., P.P.D., P.S.P.» e outros grupusclos menores, se vituperou um tal

M.I.O. (Movimento para a Informação Objectiva) que «objectivamente» fez uns cálculos científicos e chegou a uma substancial redução de número dos manifestantes.

A Federação Regional dos Sindicatos dos Empregados de Escritório dos Sul e Ilhas Adjacentes enviou também um telegrama, saído do reunião realizada em Évora no dia 19 entre a federação e os sindicatos de escritórios de Lisboa, Beja, Castelo Branco, Évora, Portimão e Santarém, no qual se condena a forma como a RTP tem vindo a tratar a informação sindical, quer ignorando acontecimentos importantes da vida sindical e trabalho, quer pela frequente falta de objectividade, como o caso da unidade sindical amplamente demonstrada, reclamam medidas urgentes no sentido de uma informação dentro do espírito do Programa do M.F.A..»

UM PLENÁRIO EM BRAGA

Vinte e quatro sindicatos de Braga, Guimarães, Barcelos, Creixomil, Fafe, e Delães reuniram-se no dia 18, em Braga, na sede da Direcção Unida dos



Sindicatos, para um plenário, cuja ordem de trabalho foi a seguinte: «Unidade Sindical» — definição das medidas a tomar para combater todas as manobras

reaccionárias e divisionistas». Dois sindicatos — os da Construção Civil e dos Metalúrgicos de Guimarães — não puderam estar presentes, mas

apoiaram inteiramente a realização e conclusões da assembleia.

Por 23 votos a favor no final do plenário, na Riopele.

GUÉRIN

PERANTE os esforços deliberados da administração para conduzir a empresa a melhores condições, os trabalhadores da Guérin (cerca de 1500) resolveram ocupar os locais de trabalho e dar conhecimento dos problemas que os afectavam ao Ministério do Trabalho. Apesar da situação se encontrar, por agora, praticamente resolvida contactámos alguns elementos da comissão de trabalhadores a fim de nos interarmos da forma como se desenrolou aquela luta.

Romão Lavadinho começou por nos afirmar: Após o 25 de Abril convocamos uma reunião de trabalhadores a nível vertical. Deliberámos então, que o primeiro passo a tomar seria sanear o chefe de pessoal Manuel Cecílio pois estava atamente comprometido com o capital. Exigimos, por outro lado, o encerramento do CCT que estava suspenso pelo ex-Ministério das Corporações. Quando fomos ao encontro do trabalho, pela primeira vez, pelo administrador José Machado disse-nos aquele sr.: Vou para o rio que vos para que eu que vou ir almorçar. Apresentámos, entretanto, um caderno reivindicativo que, como, em 1974, venceu o Ministério do Trabalho, foi, em parte, satisfeito. Pedimos, ainda, que fosse feito um inquérito à situação económica da empresa, detectando-se um débito de 9000 contos.

Mas a luta dos trabalhadores da Guérin começou antes do 25 de Abril. Como eu já se sabia — lembrou-nos Marcos Aurelio — que a nossa luta teve início antes do 25 de Abril, inclusive, o sector das

oficinas, protestando contra a carestia da vida, obrigou a administração a comparecer na fábrica. Isto, em fins de Fevereiro. Ainda sobre o comportamento da administração, Romão Lavadinho adiantou: Em Novembro surge um período de acalima. A administração foi satisfazendo as nossas reivindicações, menos as que seriam distribuídas por 80 trabalhadores, perto de 4000 contos. Claro, estas «surdas» destinavam-se, exactamente, aqueles que tinham maiores ordenados.

Chegados a esta situação, os trabalhadores, reunidos em plenário, exigiram a anulação das gratificações, dada a debilidade económica da empresa, reclamando, por outro lado, o cancelamento do ordenado do sr. Machado que, além de ter sido demitido, não passava de um simples, mas poderoso, acastista.

A administração recusou-se a satisfazer tais exigências pelo que, a 23 de Janeiro, os trabalhadores resolveram abandonar as instalações. Entretanto verificou-se que diversa documentação tinha sido destruída pela firma e, parte dela, machadada pela secretária de José Machado, Gabriela Nunes.

LUTA EXEMPLAR NA GUÉRINA DE V. OUS

UTIC

Os trabalhadores da UTIC pode dizer-se que lutam desde a fundação da empresa. Obrigados a isto os baixos salários que sempre receberam. E fizeram greve no tempo de Salazar, tempo de Marcelo, Salazar e culrosamente terminaram uma greve de três dias exactamente no dia 25 de Abril. A partir daí não pararam mais porque entenderam que a nova situação exigia outro tipo de combate.

Contudo, e apesar da sua luta constante, a grande maioria dos trabalhadores viveu sempre com dificuldades, e não são poucos aqueles cuja habitação é uma barraca e cujos filhos crescem descalços. Enquanto isso, os associados da empresa — os senhores dos transportes — fazem circular os seus autocarros por estradas que são autênticas coutadas suas, e os seus filhos andam bem alimentados e frequentam bons colégios.

O 25 de Abril reuniram os trabalhadores da UTIC. Entenderam que havia chegado uma hora decisiva, elegeram uma comissão, e muita coisa foi feita. Por exemplo: sanearam o director da fábrica, que durante vinte anos criou ali um clima irrespirável; eliminaram as gratificações especiais do fim do mês, que totalizaram alguns milhares de contos; etc.

Entretanto, a reacção nunca desarmou. Em 24 de Abril estavam encomendados 120 autocarros, o que garantia trabalho para vários meses. Após o 25 todas as encomendas foram canceladas. Agudizou-se a luta, e não nos impediu que durante vinte horas de quatro meses ninguém viesse buscar um autocarro, ainda que todo o País lutasse com falta de transportes. Estreou-se a administração, mas socorreu-se do Governo, a quem solicitou um empréstimo de 90 000 contos. Equilibraram-se temporariamente os dinheiros e entretanto os associados adquiriram algumas viaturas, pressionados pelos trabalhadores e pela opinião pública. Mas, passado pouco tempo, volta-se à situação anterior. A de agora: os autocarros são montados e vão para a «prateleira». Encontram-se

nestas circunstâncias mais de 50 veículos. Os trabalhadores enervam-se. Sentem o terreno a fugir-lhes, realizam plenários, temem o futuro.

E surge o dia 26 de Janeiro. Realiza-se nesse dia uma reunião dos conselheiros de gerência e fiscal, e os trabalhadores abandonam as ferramentas e os locais de trabalho e dirigem-se para a rua, exigindo o fim do boicote dos autocarros e melhorias salariais, mas não encontram ninguém, porque entretanto o patronato, conhecedor do que se passava, abandonara precipitadamente as instalações. Falhado este encontro, continuam os trabalhadores a sua marcha, agora para a Praça do Comércio (hora e meia a pé, desde o Cabo Ruivo), a fim de avistarem com o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações. Este recebeu-os com todo conhecimento do que lhes passa. Promete intervenção governamental. E os trabalhadores — os senhores — organizam um plenário e aprovam uma moção que resumidamente pretende: suspensão imediata dos membros do conselho de gerência e fiscal; denunciar através dos órgãos de Informação a sabotagem por parte dos sócios que, congelando encomendas, tentam atrair os trabalhadores para o desastre; saneamento do presidente do conselho de gerência; nomeação de Jolo Pedro Neves Clara, figurada do regime fascista; vigilância dos sectores económicos e financeiros da empresa; normalização da produção e intervenção do Governo.

Segue-se a ocupação dia e noite da empresa, os comunicados atrás de comunicados, e um alerta à população que diz: *Camarada — os trabalhadores da UTIC estão numa luta benéfica a todo o povo português. Tu de depois de um dia de inatividade de trabalho, antes horas e horas a aguardar que um autocarro te transporte para casa, pensa nisso! Nós, os trabalhadores da UTIC temos cerca de 50 autocarros, que poderíamos ajudar a resolver o teu problema, mas que os capitalistas donos das empresas de transportes não compram. São eles: Jolo Cláudio Belo, Carlos, Eduardo Jorge, Transul, A. Magalhães etc. etc. A manutenção está a custar cerca de 3000 trabalhadores estão em risco de ficar sem emprego e com muita ter cada vez mais dificuldades de transportes.*



BANCÁRIOS

ALGUNS PONTOS CONSEQUENTES

Em assembleia geral do Sindicato dos Bancários realizada no dia 27, no Pavilhão do Atlético Clube de Portugal, votada uma moção na qual se dá plenos poderes à direcção do sindicato para, juntamente com o protocolo do C.C.T., conjuntamente com as direcções de Coimbra e do Porto.

Tendo como ordem de trabalhos, primeiro, a discussão do Protocolo do C.C.T. e resultado da mediação, e em seguida, informações, a reunião decorreu num clima vivo e constructivo. A iniciar a assembleia a direcção do sindicato fez uma comunicação sobre o decorrer das negociações do Protocolo do C.C.T., em que se disse no momento: «A direcção anota uma fácil resolução do Protocolo devido ao seu conteúdo. Contudo isso não aconteceu pelo que a evolução não foi de modo nenhum linear».

Fazendo um pequeno histórico sobre os acontecimentos, a direcção referiu-se primeiro ao facto de que, se a princípio havia uma boa entidade patronal com quem negociar, o aparecimento da banca nacionalizada veio trazer um atraso significativo, visto ter que se esperar que se decidisse qual a entidade que a representaria na discussão. Assim, chegou-se à conclusão de que a banca nacionalizada seria representada pelo Ministério das Finanças através da Secretaria de Estado do Tesouro.

Entretanto, a banca privada recusava negociar enquanto esse problema não estivesse resolvido. Contudo um outro ponto bem grave surge: o Conselho de Ministros resolveu separar-se com o problema dos bancários. As reivindicações foram genericamente ampliadas e deslocadas do seu contexto para a lista que lançara certos sectores com o objectivo de inquirir nas relações dos bancos com o M.F.A.

Assim, continuou a direcção, pretendendo-se criar uma situação de ruptura, desprezando o sindicato e por tabela o Intersindical, tentando assim quebrar a unidade. Contudo a fim importante para clarificar esse problema.

Afirmando em seguida que o sindicato não é um partido político e sim uma associação de classe que tem por objectivo muito específico unir os trabalhadores em defesa de interesses comuns, a direcção passou a expor os resultados da discussão do Protocolo concluído no dia 24 e que foi considerada como positiva apesar da contestação de uma parte da sala que foi derrotada pela maioria.

Entre outros dos mais importantes pontos conseguidos contam-se nomeadamente: as «empregadas» específicas quanto à carreira profissional e a extinção das classes H e I. Por outro lado foi conseguido, no 2, a autonomia completa desejada no controle do mapa da provincia, mas que o sindicato passaria a receber mensalmente uma relação de todo o pessoal da provincia a fim de poder controlar eficazmente o mapa de densidades. Foi também conseguida a inclusão do sector da saúde nos notios do B.P. e das telefonistas no mapa de densidades.

As vantagens conseguidas, a limpeza foi atribuída a retribuição de 70 por cento da base da remuneração da classe I, beneficiando do C.C.T. dos empregados bancários incluindo no que se refere a subsídio de almoço.

Foi também proibido que a entidade patronal obrigasse ao uso de farda. Contudo a cláusula mais importante devido ao momento político e económico que atravessamos foi sem dúvida a que, em respeito aos despedimentos sem justa causa, que serão proibidos por um prazo de 30 dias até nova negociação.

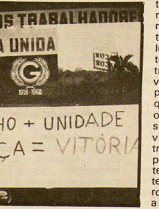
A finalizar a exposição a direcção lembrou que se deveria continuar a lutar por melhor assistência médica; transportes colectivos eficientes e baratos; ensino gratuito para os filhos dos trabalhadores e habitação social generalizada. Contudo, como tarefas imediatas propõe a direcção: fiscalização da actividade bancária; contra a sabotagem económica; rigoroso cumprimento do Protocolo do C.C.T.; pelo saneamento e contra a reacção.

OUTRA MOCÓES APRESENTADAS

Ao se passar à fase de debate, face à contestação por uma certa sector da sala e considerando: que a assembleia geral dá poderes à direcção para a elaboração de um protocolo conjuntamente com as direcções de Coimbra e Porto — e mais, segundo ponto da ordem de trabalhos, foram dadas diversas informações nomeadamente sobre as actividades do sector de Beja e a aprovados diversos telegramas a enviar respectivamente ao Academia suscitou no sentido da libertação dos presos políticos naquele país e ao Movimento das Forças Armadas.

TRABALHADORES EM LUTA

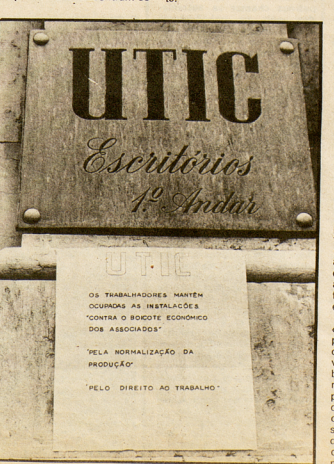
Reunimos então, no Ministério do Trabalho — no estuque Romão Lavadinho — na presença de cinco administradores e de um representante da Confederação das Industrias que nos pediu para assistir como observador. Após seis horas de reunião conseguimos ver satisfeitas as nossas reivindicações. Podemos, pois, considerar que vencemos uma batalha da grande guerra que os trabalhadores portugueses travam, neste momento, contra o capitalismo. E de salientar, finalmente, que toda esta luta nos seus travar, contribuiu grandemente para unir os trabalhadores da Guérin que, até ao 25 de Abril, mal se conheciam.



A comunicar a conclusão da sua luta os trabalhadores emitiram o seguinte comunicado: «A unidade de todos os trabalhadores, a sua firme determinação fundamentaram-se na justiça e na honestidade dos seus direitos. «A todos os sindicatos, à Intersindical e aos empregados bancários nos diversos meios, eles foram os nossos grandes aliados, eles foram os verdadeiros amigos que, como trabalhadores que são nos prestaram a sua colaboração, firmando-se na luta que sendo nossa é a de todos os trabalhadores de Portugal. Incluímos também neste agradecimento todos aqueles que por qualquer forma nos apoiaram».

«O comunicado agradece ainda a colaboração desinteressada da rádio e de toda a Imprensa, assim como a de todos os clientes e amigos que acompanharam os trabalhadores da Guérin na sua luta.

«O comunicado conclui com a seguinte exortação: «A todo o povo trabalhador nós exortamos para que unidos lutem sempre até que os seus direitos sejam plenamente reconhecidos. Os direitos que são os de quem trabalha em prol de um Portugal novo e democrático que, conjuntamente com o M. F. A., pretendemos construir».



os seus com-
tante os
trabalhador-
de sin-
crevem ma-
s em curso
o telegra-
presidente da
de o Conse-
esentes —
a filiação
ntaram uma
do de or-
do os traba-
nância das
órias e ro-
da a unicida-
ões, neste
adadas ali-
gunistas
Braga. Não
rças políti-
se fazem
os inter-
os passá-
os o pa-
anos-nos
Em Bra-
promove-
s e intro-
ções, a
sessões,
a união
a central da
do Riopele.

A UNIDADE DA CLASSE FOI SUBMETIDA A

A adopção urgente de profundas e incisivas medidas antimonopolistas, tem sido uma das mais sentidas reivindicações dos trabalhadores portugueses, no período histórico em curso. Pensam os trabalhadores — e pensam com razão — que não pode haver liberdade e democracia com os monopólios e os latifúndios; com a manutenção da economia nacional sob o jugo do imperialismo internacional; porque aprenderam, sob o fascismo, o que significa o domínio defendido dos monopólios e dos grandes agrários, aliados e vendidos do imperialismo capitalista internacional, os operários, camponeses e demais trabalhadores do nosso país, não admitem que possam voltar a existir condições políticas favoráveis aos desígnios do capital.

cesso democrático em curso.

É nesta perspectiva que nos parece da maior oportunidade transcrever uma moção aprovada por unanimidade na última reunião de delegados da zona Sul do Sindicato dos Técnicos de Desenho, realizado no passado dia 11 de Dezembro. Essa moção foi já no mês de Janeiro transformada em abaixo-assinado pelos operários da Cometa, da Venda Nova, tendo, rapidamente, recolhido 170 assinaturas. Pelo seu significado político e sua oportunidade transcrevemos a seguir, integralmente, a referida moção dos Técnicos de Desenho.

«ATACAR AS RAÍZES

PROFUNDA SEM PERDAS DE TEMPO»

«Sentem os trabalhadores no dia-a-dia que o derrube da ditadura fascista não lhes trouxe por si só, alteração profunda nas condições de vida por que tanto aspiram. Na realidade, de a conquista do poder político pelo Movimento das Forças Armadas ainda não teve a sua correspondência no campo económico, campo de acção

este consignado expressamente nos objectivos do Programa. Neste momento, todo o povo já sente a necessidade de atacar as raízes profundas do mal que se perdeu de tempo com cuidados de circunstância, que somente podem tentar diminuir a profundidade dos efeitos mas que deixam intocadas as origens, as causas destes efeitos, agravando perigosamente toda a situação social e política.

É o mal que ataca a sociedade portuguesa, ataca os novos fundamentos políticos que se estão lançando, e já conhecido de todos: são os monopólios, são os grandes grupos económicos que estendem os seus tentáculos a todos os sectores da economia portuguesa sobotando o sistema de troca de pro-



São os grandes grupos do capital financeiro/industrial/agrário com todas as suas ligações com o imperialismo internacional, os verdadeiros responsáveis pela grave situação económica que o país enfrenta. Os despedimentos e o desemprego são eles que provocam negando as pequenas e médias empresas a matéria-prima de que necessitam; a paralisação e regressão de todo o sector da construção civil são os monopólios que as forçam, cortando o crédito bancário a todas as empresas que procuram viver adaptando-se aos novos objectivos que se exigem à construção; são ainda eles, os grandes grupos monopolistas, que desorganizam todo o sistema de troca de pro-

ductos manufacturados ou mesmo dos «stocks». De pouco nos dá a luta contra o desemprego por justas salários, se não houver a mudança, no campo económico, das mínimas condições de vida, por via de um afogamento e desenvolvimento

«ADOPÇÃO DE MEDIDAS

Por outro lado, processo de

OPERÁRIOS AGRÍCOLAS AVANÇAM A REFORMA AGRÁRIA

A situação nos campos alentejanos continua a agudizar-se. Como temos vindo a noticiar noutros números do «Avançar», os grandes agrários mantêm-se na mesma posição de incompatibilidade com a nova ordem democrática que, desde 25 de Abril, se vive no País.

Por um lado, os grandes agrários opõem constantes resistências à assinatura de Contratos de trabalho que regulem as condições de trabalho; por outro lado, uma vez assinados esses contratos colectivos de trabalho, várias vezes depois da própria intervenção administrativa do Ministério do Trabalho ou da secretaria de Estado do Trabalho, os latifundiários boicotam a aplicação do anteriormente acordado, lançando trabalhadores no desemprego, mantendo vastos domínios por cultivar e sabotando a própria economia agrícola (enterrando seixões ou plantando eucaliptos em terras férteis, por exemplo).

No último domingo de Janeiro, em Beja, realizou-se uma assembleia distrital de delegados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, em que estiveram representados 71 frequentes daquele distrito. Na referida assembleia também estiveram presentes representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas de Portalegre e de Santarém, vários delegados municipais e elementos da Intersindical Nacionalista.

A tónica do encontro foi o reconhecimento unânime da necessidade da adopção de urgentes medidas antilatifundistas que se inscrevem na perspectiva de uma Reforma Agrária profunda — única maneira de resolver consequentemente os graves problemas que afectam tanto os trabalhadores agrícolas como o próprio Portugal (gravemente agido pela sabotagem económica dos grandes agrários). Assim, foi decidido o controlo dos trabalhadores de todas as propriedades contra qualquer regime de subproletariado, parcial ou total.

Para que o Governo Provisório tome conhecimento da vontade dos assalariados agrícolas alentejanos, foi convocada para domingo, dia 12 de Fevereiro, em Beja, uma concentração distrital de trabalhadores rurais.

«3800 homens desempregados no distrito irão, pois, se houver tra-

balho a realizar. Este é o primeiro passo de todos os trabalhadores alentejanos para evitar o desemprego e a sabotagem económica, os problemas mais preocupantes do distrito de Beja, afirmou durante a reunião, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja, José Soares.

Por seu turno, o delegado da Intersindical declarou: Este problema — o desemprego — só se resolve com a Reforma Agrária. A título de sugestão, apontou, a dado que o Estado não tem dinheiro para fazer já a Reforma Agrária, seria correcto que, quando das intervenções do Estado nos grandes latifúndios, não fossem dados indemnizações, mas sim títulos do Tesouro.

INTERVENÇÃO ESTATAL

Entretanto, por decisão da secretaria de Estado da Agricultura e com o apoio do ministro da Economia, ao abrigo do Decreto-Lei 660/74 de 25 de Novembro último, «é adido passivo a administrar a herdade Monte do Outeiro e seus anexos». A decisão daquela secretaria justifica-se por se ter verificado a perda de produção, venda injustificada de efectivos pecuários, ausência de trabalhos essenciais à produtividade e conservação das explorações, actos de despedimento sem justa causa e parte importante do pessoal e outras violações da convenção colectiva do trabalho rural.

Do mesmo modo, e no âmbito da luta contra a sabotagem económica dos grandes agrários, foram ordenados, também pela secretaria de Estado da Agricultura, outros inquéritos, actualmente em curso, destinados a averiguar casos condonáveis de despedimento, de sabotagem económica e de subaproveitamento de explorações em relação aos quais se impõe a intervenção do Estado.

Para os trabalhadores agrícolas alentejanos, do sul e de outros distritos do País, não restam dúvidas de que para garantir o seu direito ao trabalho e a própria função económica da agricultura dentro da economia nacional, é necessário avançar, decididamente, em sentido de uma intervenção cada vez maior do Estado, e da adopção, por parte do Governo Provisório, de medidas antilatifundistas que permitam, a breve prazo, realizar uma profunda Reforma Agrária que, em última análise, terá que passar pela entrega da terra a quem a trabalha.

EM SANTARÉM, A MESMA LUTA

«Lutar pelo direito ao trabalho, é lutar pelo pão dos nossos filhos; é lutar pela riqueza do País; é lutar pela democracia; é lutar contra a sabotagem económica; é lutar pela unidade dos trabalhadores; é lutar ao lado do M. F. A., contra a reacção; é lutar contra a acção fascista de «invasão da propriedade»; é desmascarar aqueles que querem derrubar a democracia», sublinha, por seu turno, num comunicado recente, a direcção provisória do Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito de Santarém.

Desmascarando as manobras dividionistas da A. L. A. — que em certas regiões pretende passar por «amigos dos trabalhadores» — a direcção sindical dos Assalariados Agrícolas de Santarém respondeu, nos seguintes termos, à acusação feita por «alguns reacçãoários» que outra coisa não merecem não serem presos por quererem lutar os trabalhadores à fome — de que os trabalhadores pretendiam «invadir as suas terras: No tempo do fascismo, quando os trabalhadores se recusavam a trabalhar por salários de fome, iam os patrões chamar as autoridades, pois os trabalhadores eram «comunistas» e era preciso obrigá-los a trabalhar; agora, os trabalhadores querem trabalhar e, quando há trabalho, não aceitam os despedimentos e vão para as propriedades; logo os patrões vão a correr, ou se agarram ao telefone e gritam para as autoridades: «Tenho a minha propriedade invadida!» Isto não será a reacção.

É a concluir, afirma, ainda, aquela direcção sindical: Se os trabalhadores que arruina a agricultura com os seus salarios e o País são os latifundiários, os estabulheiros e os subproletários. Os trabalhadores não arruina, estão arruinados! Os trabalhadores querem o direito ao trabalho que lhes é negado; e, como não é possível a solução de problemas por incapacidade das estruturas e pela existência da grande propriedade e do grande latifúndio, os operários têm urgentemente de lutar pela criação de condições que estabeleçam uma verdadeira Reforma Agrária que distribua a terra por quem a trabalha.

Nos campos, em todos os lugares, um mesmo combate, que prosseguir, estamos certos, e com êxito, até à vitória final!

Fotografia de «A Capital»

Na grande manifestação de 24 de Janeiro, o lema da consagração legal do princípio da unidade sindical e a exigência de imediatas medidas antimonopolistas e antilatifundistas estiveram sempre ligadas no ânimo e nas mentes das milhares de milhares de trabalhadores, que, então, inequivocamente, se manifestaram nas ruas de Lisboa. É isso não sucedeu por acaso. Sucedeu por que correspondia por um lado, à realidade do momento histórico que vivemos e por outro lado à compreensão por parte, dos trabalhadores de que não se pode continuar a guardar uma — inexistente — colaboração dos monopólios no pro-



mício conjunto no Porto

A CLASSE TRABALHADORA DÁ A SÉRIOS ATAQUES



des grupos do
nanciero/indus-
m todas as sus
o imperialismo
s verdadeiros
pela grave si-
ca que o país
pedimentos e
ão eles que os
ndo às peque-
empresas à ma-
que necessitam
e regressão de
construção ci-
póloles que as
o crédito ban-
empresas que
adaptando-se
ctivos que se
rúpico; são ain-
des grupos mo-
desorganizam
de troca de pro-

«ADOPÇÃO IMEDIATA DE MEDIDAS EFICAZES»

Por outro lado, é o próprio processo de democratização



duetos manufacturados reduzindo ou mesmo extinguindo todos os «stocks».

De pouco vale lutarmos por leis contra o desemprego sem justa causa, sem que se eliminem as causas que o originam. De pouco nos servirá lutarmos por justos salários se na prática, no campo das relações económicas não houverem as mínimas condições reivindicativas, por via de um progressivo afogamento de todo o desenvolvimento económico.

política que se encontra em causa. São todas as conquistas de liberdade política e sindical conseguidas após os «25 de Abril» que se encontram em cheque pela sabotagem de todos os dias e em todos os sectores conduzida pelos monopólios. Declarar a liberdade política deixando intocáveis os privilégios e postos de controlo económico nas mãos do capital monopolista reaccionário equivale à assinar, «a priori» a certidão de óbito da jovem democracia portuguesa.

A situação degrada-se. A curto prazo o número de desempregados ultrapassará a centena de milhares. A relativa melhoria salarial conseguida nas lutas desenvolvidas nos primeiros meses após

«25 de Abril» encontra-se já em grande parte, ou mesmo na totalidade absorvida pelo aumento do custo de vida que entretanto se verifica. A banca corta créditos às empresas deles carecidos enquanto distribui generosamente pelas suas próprias empresas, pelas do seu grupo. As fugas de capitais e consequente falta de liquidez generaliza-se por todos os sectores. O grande capital, sentido-se estimulado pela actual situação de impasse, utiliza todos os seus laços não saneados e desenvolve, no sector privado, actividades de lampião às incitativas do Governo Provisório travando a execução das leis ou a sua aplicação local ordenando artificialmente todas as si-

tuções litigiosas.

Estas actividades reaccionárias desenvolvidas impunemente pelos grupos monopolistas visam todos eles um único fim: criar o descontentamento nas massas trabalhadoras, lançar o descrédito sobre os objectivos revolucionários do M.F.A., abrir brechas na união Povo-Forças Armadas — numa palavra: criar as condições para o regresso a um regime ditatorial fascista.

Perante este panorama de desonrada sabotagem conduzida pelos monopólios, um único caminho se nos coloca: adopção imediata de medidas eficazes de controlo dos monopólios subordinando os decididamente aos interesses do povo, isto é impõe-se a rápida libertação da economia nacional das garras dos monopolistas.

Só assim será possível avançar firmemente no processo de democratização em curso. Só assim será possível avançarmos verdadeiramente «uma nova política social» posta ao serviço da população, e especialmente das classes mais desfavorecidas.

A todos os camaradas Técnicos de Desenho, aos trabalhadores em geral lançamos um apelo:

Estreitemos os laços da união Povo-M.F.A. — Governo Provisório. O movimento sindical não pode deixar de cerrar fileiras em torno do Governo Provisório e de apoiar firmemente a adopção imediata de um programa de acção económico-antimonopolista. Tomemos, pois posição perante os problemas económicos que afectam o País, apoiando medidas antimonopolistas eficazes.

Reafirmemos ao M.F.A. toda a nossa confiança em que não deixará de cumprir os compromissos históricos que assumiu perante a classe trabalhadora, conduzindo o País no caminho da Paz, da Liberdade e da Independência Nacional.



tuções litigiosas.

Estas actividades reaccionárias desenvolvidas impunemente pelos grupos monopolistas visam todos eles um único fim: criar o descontentamento nas massas trabalhadoras, lançar o descrédito sobre os objectivos revolucionários do M.F.A., abrir brechas na união Povo-Forças Armadas — numa palavra: criar as condições para o regresso a um regime ditatorial fascista.

Perante este panorama de desonrada sabotagem conduzida pelos monopólios, um único caminho se nos coloca: adopção imediata de medidas eficazes de controlo dos monopólios subordinando os decididamente aos interesses do povo, isto é impõe-se a rápida libertação da economia nacional das garras dos monopolistas.

Só assim será possível avançar firmemente no processo de democratização em curso. Só assim será possível avançarmos verdadeiramente «uma nova política social» posta ao serviço da população, e especialmente das classes mais desfavorecidas.

A todos os camaradas Técnicos de Desenho, aos trabalhadores em geral lançamos um apelo:

Estreitemos os laços da união Povo-M.F.A. — Governo Provisório. O movimento sindical não pode deixar de cerrar fileiras em torno do Governo Provisório e de apoiar firmemente a adopção imediata de um programa de acção económico-antimonopolista. Tomemos, pois posição perante os problemas económicos que afectam o País, apoiando medidas antimonopolistas eficazes.

Reafirmemos ao M.F.A. toda a nossa confiança em que não deixará de cumprir os compromissos históricos que assumiu perante a classe trabalhadora, conduzindo o País no caminho da Paz, da Liberdade e da Independência Nacional.

QUE É A UNICIDADE

O problema da unicidade sindical, cuja expressão na lei, foi exigida pela maioria esmagadora dos trabalhadores que discutiram e votaram o projecto de lei das associações sindicais, continua a desencadear uma tempestade política promovida por certas forças mais preocupadas com as suas posições partidárias e de classe do que com os interesses autênticos dos trabalhadores portugueses.

Curiosa e significativamente, assiste-se a um ataque cerrado às organizações que apoiam o princípio da unicidade (porque respeitam as regras democráticas) numa tentativa desesperada de confundir as questões e lançar a divisão entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que se procura exercer uma fortíssima pressão política, no momento em que o Conselho de Ministros se debruça sobre o projecto de decreto-lei.

Em toda esta campanha, há uma preocupação prende os divisionistas, os pregadores do pluralismo de facto ou os defensores de uma unicidade abstracta: a central única de trabalhadores. Como se todo o problema se resumisse a esta simples questão. Ora, na prática, os defensores da unicidade não consagrada na lei, mais não defendem do que a criação real de várias comissões de trabalhadores de empresa, sindicatos paralelos, federações paralelas, centrais paralelas, isto é, de facto, o pluralismo sindical.

«Pluralismo» sindical também praticou o regime fascista dividindo os trabalhadores por dezenas de sindicatos profissionais na mesma empresa. Não defendendo a unicidade, mais não se faz do que repetir este princípio do dividir para reinar: passamos a ter, dentro de pouco tempo, e na mesma empresa, sindicatos comunista, socialista, pedepista, católico, protestante, etc. Ora, não é de mais repetir-lo, os interesses dos trabalhadores, como classe, são idênticos: todos vendem a sua força de trabalho para subsistir, para habitar, para educar os filhos. Todos são explorados.

A Intersindical Nacional, criada por um grupo de sindicatos democraticamente «roubados», em pleno regime fascista ao controlo corporativo, entende por isso ser necessário e urgente dizer aos incautos ou aos trabalhadores que não tomaram parte nas discussões o que é resumidamente, UNICIDADE SINDICAL, como base da unicidade real e da democracia dos sindicatos. Princípios gerais:

- a) Existência de uma única comissão sindical democraticamente eleita, dentro de cada empresa;
- b) Existência de um único sindicato por ramo de indústria dentro da mesma área geográfica. Por exemplo: na área abrangida por um Sindicato de Metalúrgicos, não poderá haver outro Sindicato de Metalúrgicos;
- c) Existência de uma uni-

ca federação de sindicatos do mesmo ramo.

d) Existência de uma única união de sindicatos dentro da mesma área ao nível local, distrital e regional.

e) Existência de uma única central sindical nacional.

Apresentamos o exemplo dos sindicatos por ramo de indústria, porque é este o objectivo que se pretende exactamente para unir todos os trabalhadores dentro da mesma empresa.

Este será, portanto, o esquema geral da unicidade, e muitas razões poderiam ser aduzidas para salientar as suas vantagens. Sentamos resumí-las.

a) No primeiro caso apontado, a lei dos trabalhadores portugueses, após o 25 de Abril, constituiu uma lição clara: sempre que as comissões de trabalhadores intersistiduais da empresa se pretendem opor uma segunda comissão, esta faz o jogo do patronato. A expressão legal da unicidade de correspondente, por outro lado, a defesa legal e efectiva dos sindicatos sindicais.

b) No segundo caso: a impossibilidade de criação de comissões paralelas constitui uma fortíssima defesa dos trabalhadores, na medida em que impede manobras de pressão para a proliferação de organismos de classe tendentes à sua divisão. É preciso notar que, existindo duas posições face, por exemplo, a um processo de luta, as duas não poderão ser justas: ou uma única, decidida democraticamente, tem a força da união e reforça a capacidade de acção da classe.

c) O caso das uniões e federações pressupõem formas de fortalecimento e defesa dos trabalhadores de cada sector de actividade, que conjugam os mesmos problemas e interesses; enquanto uma central nacional única e homogénea, formada unitária dos trabalhadores mantêm, demonstram e reforçam a capacidade de organização e força intrínseca, a todos os níveis, promovendo o processo por completo da luta e culminando na liquidação da exploração do homem pelo homem.

Contrários aos liberais-mos, os trabalhadores têm razões para defender a sua verdadeira liberdade sindical reside na democratização dos seus organismos de classe, na livre análise e discussão dos problemas, no respeito pela vontade da maioria, na independência dos seus organismos face aos partidos políticos, face aos patões, face ao Estado.

E é na sua unicidade real e não teórica — que reside a força dos trabalhadores. Nas actuais circunstâncias políticas, permitir o pluralismo sindical, seja cometeu um crime gravíssimo contra os interesses da classe operária e demais trabalhadores. Se temos a unicidade à mão, vamos permitir que interesses que nada têm a ver com os nossos vamos dividir, ou tentar dividir, em nome de uma «liberdade» que não é a nossa? Não tenhamos dúvidas: a sua proibição dos sindicatos paralelos constituiria a defesa imediata dos meses. Dinheis e apoio financeiro, por isso, não falta, já, aos divisionistas.

E donde vem esse apelo? Por certo que não dos trabalhadores. Estes sabem que só unidos podem conduzir a revolução em curso na defesa dos seus interesses de classe. Só ao patronato, em especial ao grande capital, interessa enfraquecer o movimento «da classe» se trabalhar

agrícolas boas
trabalho
normal de tra-
assalarados
agrícolas por es-
o não poder-
horas de tra-
quanto a
trabalho fi-
que, em re-
ndor não pode-
de com 10
hojas extraordi-
dando o tradi-
cional direito
em tempo oportu-
igual à reti-
acrescida de
de, não subse-

● NOTICIÁRIO NACIONAL

ELEIÇÕES

DE que serve a lei determi-
nar as incapacidades civi-
is a favor quais os ab-
se as listas dos abrangidos
por essas mesmas incapacida-
des não foram divulgadas
em tempo oportuno pelos
serviços competentes?
Há um período para reclama-
ções que termina hoje.
Durante este período qual-
quer cidadão pode reclamar
de uma inscrição indevida
de que tomou conhecimento.
De acordo, será um nome
a cortar dos cadernos
eleitorais, provável que seja
a incapacidade. Será, no
conjunto, meia dúzia de no-
mes que desaparecerão dos
cadernos eleitorais.

Nomes de fascistas no-
mades, daqueles que tinham
lugar de destaque nas pági-
nas dos jornais ou apre-
ciam na televisão. Isto nas
cidades onde a independên-
cia económica dos cidadãos
se dilui. Mas nas alde-
as e vilas, mesmo nas pe-
quenas cidades do interior,
qual o trabalhador que se
atreverá a reclamar da ins-
crição indevida do seu no-
me? Se esses senhores
são os potenciais economi-
cos, os "caciques" da re-
gião, de que, afinal, o po-
vo ainda depende?

É aqueles informadores da
ex-Píde ou da ex-Legião
do seu bairro, via ou
aldeia sempre levaram um
nome "normal", por vezes
mostrando até uma "certa
rosidade de oposição" ma-
is melhor cumprir com a
"missão" de bem informar
os seus chefes? E alguns
dos juizes dos famigerados
Tribunais Plenários, agora
colocados em qualquer pa-
cata comarca provincial,
desconhecidos, desorienta-
dos, de quem se pode espe-
rar?

Os resultados do cen-
simento recente-
ente os as-
s de Vila
de Vila
ronais de
da garantido
de Vila
a referida
m mais de um
o direito de
Natal um
esidente a
nuação.

ical pela
granda cen-
e de Vila
e quaisquer
as opiniões
os relacio-
a vozes e
permissão
s português
o de Vila
as reivin-
o moni-
o. A viola-
das, a viola-
o no vos-
dos os que
tética pro-
adura, uma
a encontra
e os nos-
na.
o nosso
a de Vila
segurar-vos
de fraterna
nos deram
as sombras
a luta para
tugal, no

lação local?

Certo, foram já divulga-
das algumas das listas de
incapacitados, por serem
membros da ex-Píde ou da
ex-L. P. Mas e os outros,
os antigos ministros, os pró-
sidentes de Câmaras Muni-
cipais ou simplesmente da
liga dos amigos graduados
da ex-M. P. cujos nomes
não andavam há muito (ou
andavam pouco) pelos jor-
nais? Quantos serão os que
que vão ficar inscritos nos
cadernos eleitorais se
não forem publicados as lis-
tas integrais dos incapaci-
tados?

Provavelmente alguns mi-
litares, poucos é certo nos
milhões de eleitores recen-
sados, número insignifi-
cante se considerado o so-
do. Mas que somado aos vo-
tantes do Brasil onde existe
uma cidade militar, ou aos
E. U. A. onde o repre-
sentante do Partido Comu-
nista foi impedido de entrar,
formam o falcatruado de vo-
tantes portugueses. Do povo sa-
crificado ao longo de 48
anos de fascismo. Do vórtice
do maior povo e não daquela
minoria que sempre se go-
vernou explorando o povo,
pretendendo uma exploração
que lhes era facilitada, a tro-
ca do apoio incondicional
ao regime fascista.

Os trabalhadores portu-
gueses são pelas eleições,
mas as eleições verdadeiras-
mente livres, de modo a
que possa exprimir e impor a
sua vontade a vontade da
maioria, porque os trabalha-
dores são a maioria. Não po-
dem é permitir que as
eleições sirvam os interesses
da minoria privilegiada
e reaccionária, não podem
deixar de sentir que por força
de condições externas, a mi-
noria capitalista impõe a
sua vontade por processos
"democráticos". Isso seria a

tração ao 25 de Abril, a re-
volução iniciada então pelo
glorioso M. F. A. aliado às
forças populares.

PLENÁRIO DE SARGENTOS DA F. A. P.

CONFORME foi noticiado
estiveram reunidos em Plená-
rio, durante vários dias, os
delegados da Força
Aérea Portuguesa. Reclassi-
ficação e saneamento, inte-
gração dos sargentos da F.
A. P. nos órgãos do M. F.
A., acesso ao oficialato e
reestruturação de quadros,
constituíram os principais
temas dos debates naque-
la reunião.

Chamando a atenção pa-
ra as deficiências de assis-
tência dos sargentos da
Força Aérea proferiram que
os benefícios só sejam dis-
tos em linha de conta quando
forem alcançados o povo
português. Debruçando-se
sobre o momento político
actual, declararam-se inte-
ressados e dispostos a tudo
afazer para garantir o total
cumprimento do Programa
do M. F. A.

SENGHOR EM PORTUGAL

APÓS três dias de estadia
em Portugal, o presidente
Leopoldo Senghor, do Senegal,
passou a visitar o nosso país
passado dia 20. O presiden-
te Senghor manifestou a sua
satisfação pela forma como
foi recebido, tendo em rele-
vo a importância da descolona-
ção, declarando-se entusias-
ta do 25 de Abril. Senghor
convidou ainda o general
dos republicanos a visitar ofi-
cialmente o Senegal.

LUIGI NONO EM PORTUGAL

o Mundo e baseada
em textos de um guer-
riheiro angolano, e de
Lumumba, Fidel Cas-
tro, Che Guevara,
Marx, Franz Fannon,
etc., nunca serião au-
torizado a entrar em Por-
tugal pelo Governo
fascista.

Luigi Nono perman-
ecerá em Portugal
cerca de uma semana,
apresentando-se na
Reitoria da Universi-
dade de Lisboa, no dia
7, sexta-feira, pelas
21.30 horas, numa ses-
são especialmente dedi-
cada a trabalhado-
res, estudantes e
forças progressistas.

Chega no dia 4 a
Lisboa, o grande ca-
mpositor italiano e mi-
litante progressista Lu-
igi Nono. Trata-se de
um dos maiores músic-
os contemporâneos,
que nunca visitou Por-
tugal por sempre se
ter recusado a aceitar
convites de entidades
privadas portuguesas,
durante o fascismo e
por saber que, se ti-
vesse vindo antes do
25 de Abril, não pode-
ria ter contactos com
a classe operária nem
exprimir-se livremente
acerca do sentido
político da sua obra.

De resto, o autor de
"A Finestra è jovera e
cheia di vida", peça
dedicada à luta anti-
imperialista em todo

A SEMANA NO MUNDO

O presidente Ford dos E. U. A., pediu ao Congresso 522 mil-
hões de dólares destinados ao esforço de guerra no Vietnã
do Sul e no Camboja. Segundo
o seu plano, este dinheiro é urgen-
tamente necessário para repelir
a «ofensiva das forças «rebeldes»
que apertam o cerco à capital
cambojana e ameaçam
o regime de Saigão.

Enquanto isto, discursando
em Saigão, o presidente
sul-vietnamita, Van Thieu, de-
clarou que precisa urgentemente
do auxílio norte-americano
para fazer face à dramá-
tica situação das suas forças,
mas que apertar o cerco à
capital luta mesmo que o Con-
gresso dos E. U. A. não con-
ceda os créditos necessários.
Assim, dois dias depois da
assinatura dos acordos de Paris,
americanos e seus aliados
locais continuam a transformar
a Indochina em palco dum
guerra odiosa.

Em relação à assinatura dos
acordos, Van Thieu declarou
que «cessar-fogo não significa
o fim da guerra». É não signifi-
cifica.

Mas a resistência e determina-
ção das forças patrióticas do
norte não foram abandonadas.
Este ano as tropas de Van
Thieu sofrem revés atrás de re-
vés. A conquista da provincia
de Phuou. Mas repete-se as
sul-vietnamitas o último bat-
tallão donde elas se lançavam
contra as acções libertadas.

Por isso o presidente Ford
e os falcos de Washington
vão agora mais a brando. Eles
sabem que os regimes fan-
tomas de Saigão e Phnom Penh
são a causa directa da guerra
de diáspora. O equipamento mi-
litar enviado pelos E. U. A. se
consegue manter. Apesar de
serem as acções contra as
forças vietcong, Washington
não pode negar que, em viet-
nã, tudo quanto ficou estipu-
lado, de Janeiro de 1973 a
Julho de 1974, 684 aviões e
helicópteros, e mais de um mi-
lhão de toneladas de bombas
e munições foram enviados para
Saigão.

Este potencial bélico não
serve apenas para combater as
forças vietcong; serve também
para manter em respeito todo
o povo, cada vez mais hostil
a um regime, que, durante no-
ve anos, só lhe soube oferecer
a fome, a destruição, a guerra.
Por todas as cidades se or-
ganizam manifestações de hos-
tilidade a Van Thieu, o grande
obstáculo à paz e à independên-
cia nacionais.

Devido entregue apenas
aos seus recursos nacionais,
Van Thieu cairá de poder, e
L. A. e dos seus lacaios de Sa-
gão que antes se entregaram aos
americanos para se «liberta-
rem» do comunismo, ansiosos
para manter em respeito todo
de verdadeira face do im-
perialismo em cujo depa-
saramento se viu obrigados
esses depressa chegaram a
um acordo pacífico com o Viet-
nã.

Mas, essa, que é a verdade-
ra vontade do povo sul-viet-
namita, não é a vontade dos
E. U. e dos seus lacaios de Sa-
gão. Indícios particularmen-
te perturbadores fazem agora
crer que os americanos se en-
volvem-se nascimamente na
Indochina: a retomada dos
vozes de reconquista do seu
território norte-vietnamita e
a constituição de uma ponte-
aérea, que, partindo da Tai-
lândia, que os americanos se-
caram material de guerra para
as tropas cambojanas de Lon Nol,
para se realizarem os planos
para que os trabalhadores e
as organizações progressistas
de Saigão e Phnom Penh se
solidarizem com o povo he-
roico do Vietnã.

UMA MULHER NA SOCIEDADE SOCIALISTA

(SO a ideia de lançar
uma mulher no Espaço
me dá voltas ao estôma-
go», dizia, em Junho de
1963, um alto funcionário
da Agência Espacial da
América do Norte (N. A.
S. A.), comentando o
lançamento da nave so-
viética Vostok VJ, tripula-
da pela primeira mulher
astronauta, Valentina Te-
reshkova. Quanto a um
jornal de Chicago, o
«Chicago Tribune», es-
crevia: «A corrida espa-
cial parece estar a degen-
erar em exibicionismo»,
acrescentando: «Se Ken-
edy quiser igualar este
feito, pode colocar a Liz
e o Richard Burton em
órbita num besouro».

O contraste não pode ser
mais chocante: dum lado, as
conquistas científico-técnicas
são acompanhadas dum a-
tenuada promoção à mulher,
com o lançamento espacial de
uma cosmonauta; do outro lado,
o progresso da ciência e a
técnica não impede que os
juizes proferidos acerca da mu-
lher nos façam de repente re-
parar de Era Espacial para cem
ou duzentos anos atrás. Estas
posições ideológicas evoluem
tremamente ligadas à estrutura
económica prevalente em
cada um dos países. O proble-
ma da igualdade jurídica e da
emancipação das mulheres é
parte integrante da questão so-
cial, cuja solução está indissolu-
velmente ligada à transforma-
ção revolucionária da socie-

dade. Com o triunfo da re-
volução de Outubro a mulher so-
viética pode ver realizadas as
mais ambiciosas aspirações no
caminho da plena igualdade
entre os sexos. A astronauta
soviética mostrou que neste
momento se encontra entre-
nós, a convite do M. D. M.,
no âmbito das comemorações
do A no International da Mu-
lher, é o símbolo da nova mu-
lher, da mulher do nosso tem-
po, que nascirá necessaria-
mente em todas as sociedades
onde a exploração do homem
pelo homem for definitivamen-
te extirpada.

Logo que o poder soviético
se instalou no antigo império
russo, foram tomadas medidas
para a remoção das restrições
das mulheres. A conquista da
plena igualdade de direitos fa-
miliares, políticos e civis era
apenas o começo da emanci-
pação da mulher. Ugia criar
as condições de facto para que
esses direitos não fossem letra
morta. Assim o Partido Comu-
nista e o Estado soviético reali-
zaram importantes medidas so-
ciais, económicas, ideológicas
e organizacionais para incia-
rem as mulheres em todas as
esferas da produção social, pa-
ra assegurar a sua participa-
ção activa na vida do Estado
e da sociedade. Os sindicatos
soviéticos, que representam os
interesses dos trabalhadores e
empregados nos domínios da pro-
dução, do trabalho, da vida e
do lazer, tiveram de incia-
r a ter um importante pa-
pel na solução da questão fe-
minil. Cabe lembrar que nos
sindicatos soviéticos, um dos
elementos mais importantes no siste-
ma de democracia socialista e
democrática é a participação
na gestão da sociedade e do
Estado, participam activamen-

te na solução das tarefas que
se põem ante a economia na-
cional e na educação da ativi-
dade dos cidadãos perante o tra-
balho e a propriedade social.

Hoje cerca de um milhão de
mulheres são eleitas para os
sócios de deputados de tra-
balhadoras. Milhares delas são
presidentes, vice-presidentes,
chefes dos departamentos dos
serviços locais. Em 1970, havia
463 mulheres no Soviete Su-
premo, e uma das câmaras do
S. S. A. era presidida por uma
mulher. Mais de um terço dos
deputados dos soviets supre-
mos de várias repúblicas é
constituído por mulheres. Vinte
e oito mulheres são ministros
das repúblicas. Um terço dos
juizes são mulheres, bem como
35 por cento dos advogados,
e 45 por cento dos assesso-
res populares.

Mais de três milhões de mu-
lheres são membros do Partido,
constituindo 51 por cento
dos membros do Partido a todos
os escalões.

Em um único sector da
economia nacional onde as
mulheres não estejam repre-
santadas — constituem 51 por
cento do total dos operários
e empregados, na indústria,

são 48 por cento e na agricul-
tura, 45 por cento.

De ano para ano, aumenta
o número de mulheres especia-
listas qualificadas. Hoje mais
de 10 milhões e meio (o equi-
valente a 50 por cento de todos
os diplomados dos ensinos se-
cundários e superior) são mu-
lheres.

Um em cada três engenhe-
ros, três em cada quatro médi-
cos, 46 por cento dos especiali-
stas da economia rural, 71
por cento dos professores, 39
por cento dos cientistas são
mulheres.

Nas escolas técnicas profes-
sionais urbanas, há 33,5 por
cento de mulheres, nas escolas
centrais técnicas, há 38 por
cento, 60 por cento, nas esco-
las superiores económicas, 56
por cento, nas de Medicina e
Educação Física e 67 por cento
nos institutos pedagógicos, es-
colas de Belas-Artes, teatro e
cinema.

Mais de 15 mil mulheres são
membros das associações de
escritores, compositores, pintores,
jornalistas.

Todas as trabalhadoras po-
dem meter os filhos em cre-
ches, em 1972 cerca de dez
milhões de crianças frequen-
tam creches ou jardins-esco-
las permanentes.

O trabalho nos jardins-esco-
las é organizado com base em
recomendações científicas so-
bre o desenvolvimento dos do-
tes naturais das crianças, que
ali aprendem música, canto,
línguas estrangeiras, etc.

As crianças soviéticas, pro-
tegidas ainda antes do nasci-
mento, são acompanhadas por
todos os cuidados médicos e
culturais que um Estado socia-
lista pode proporcionar.

Os sindicatos e a organiza-
ção de juventude Komsomol
patroam escolas, clubes,
centros recreativos e culturais.

Os campos de pioneiros, espa-
ços de recreio por todo o vasto ter-
ritório soviético, acolhem mi-
lhões de crianças durante as
vacâncias. As crianças desorienta-
das também não são esquecidas.
Há creches, jardins-escolas e
campos de pioneiros especial-
mente reservados às crianças
doentes.

A vida quotidiana nos lares
soviéticos, fundados na base
absoluta igualdade entre os se-
xos, é apoiada por cantinas
sindicais e serviços comuni-
tários, que libertam o casal de
grande parte das dificuldades
da vida doméstica. Desde que
se abrem as portas para as mu-
lheres de casa ao arranjo dos
alimentos, tudo se pode obter
junto de serviços comunitários
especializados.

Deste modo se criam todas
as condições para que as mu-
lheres se realizem em plenitudi-
de, como trabalhadoras, cida-
dãs e mães. Deste modo, se
pode ter a mulher durante a
família e, astronauta. Como
Valentina Tereshkova.

